

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL No 134

Período: de 24/07/04 a 30/07/04

Franca – Brasil

- 1- Ministro da Defesa é entrevistado por repórter norte-americano
- 2- Ministério da Defesa tenta criar Sistema Nacional de Mobilização
- 3- Governo divulga valor oficial de dívida com anistiados políticos
- 4- Jornalista discute gastos com militares
- 5- General Heleno critica proposta de Lula para entrega de armas no Haiti
- 6- Ministério da Defesa é beneficiado por arrecadação alta
- 7- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa apóia vaga permanente na ONU
- 8- Lei do Abate continua causando discussões e polêmica
- 9- Militar será julgado por pedofilia
- 10- Unidades do Exército voltam a sofrer ataque
- 11- Exército faz operação para encontrar soldados que furtaram fuzis
- 12- Governo federal monta unidade de elite para crises na segurança
- 13- General defende projeto que descrimina uso de drogas
- 14- Ministro do governo Geisel testemunha intenções de acordo nuclear

Ministro da Defesa é entrevistado por repórter norte-americano

A *Folha de S. Paulo* noticiou que nesta semana o repórter Larry Rother, do jornal norte-americano *New York Times*, esteve em Brasília para entrevistar o ministro da Defesa José Viegas Filho sobre a Lei do Abate. Segundo, porém, abordagem de *O Estado de S. Paulo*, a assessoria do ministro informou que o objetivo da entrevista era explicar o envio de tropas brasileiras para a missão de paz no Haiti. Rother teve seu visto cancelado pelo Ministério da Justiça em maio, dois dias depois da publicação de uma reportagem sobre o suposto hábito do presidente brasileiro de ingerir bebidas alcoólicas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/07/04; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 24/07/04).

Ministério da Defesa tenta criar Sistema Nacional de Mobilização

Segundo o *Jornal do Brasil*, o Ministério da Defesa iniciou uma campanha no Congresso para aprovar o Projeto de Lei 2272/2003, que cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob). Este instrumento tem por fim preparar e garantir a segurança do país em caso de guerra ou ataque externo. O coronel José D'Ávila Fernandes afirmou que o país corre o risco de “sofrer um vexame internacional” em caso de necessidade, já que não está preparado para uma situação emergencial de conflito. O coronel coordenou, na semana iniciada no dia 18, um “estágio intensivo” que ocorreu em Brasília e teve como objetivo a discussão de possíveis ações das Forças Armadas no caso de agressão estrangeira. As palestras foram ministradas na Escola Superior de Guerra. O evento reuniu membros de diversos órgãos do governo e da iniciativa privada e deve contar com outras edições em setembro e novembro, em Curitiba e em Manaus. Em 2005, será a vez de Belém, Salvador, Recife e Belo Horizonte. Fernandes acredita que em cinco anos todas as capitais terão recebido informações sobre a “mobilização nacional”. Ele disse ainda que o Ministério da Defesa não está se esforçando por recursos extras para se preparar para uma eventual guerra, mas para que a preocupação com uma mobilização estratégica guie os investimentos do governo de agora em diante. O jornal esclareceu que a mobilização nacional é um instrumento legal, previsto nos artigos 22, 84 e 137 da Constituição.

Também informou que o projeto de lei que cria o Sinamob foi enviado à Câmara pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e precisa passar ainda por seis comissões para ser aprovado. Caso seja autorizado, o projeto terá recursos consignados nos orçamentos de 10 órgãos. *O Estado de S. Paulo* classificou como “arrojadas” as idéias debatidas durante o evento e informou que algumas delas prevêem a mobilização de equipamentos públicos e privados num eventual esforço de guerra. Segundo *o Estado*, a preparação do país para uma eventual guerra inclui, por exemplo, mudanças na estrutura de aeroportos, estradas, portos e hospitais. O jornal relatou que o texto explicativo do evento, disponível no site do Ministério da Defesa, informa que a mobilização tem como objetivo "reunir os recursos de toda ordem do País, necessários a desestimular ou contrapor-se a ameaças externas, ou seja, agressão estrangeira" e que alguns trechos do documento se apresentam ambíguos. (Jornal do Brasil – Brasil – 24/07/04; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 24/07/04).

Governo divulga valor oficial de dívida com anistiados políticos

O Estado de S. Paulo informou que a conta oficial do governo da dívida com anistiados políticos foi anunciada pela primeira vez e soma R\$ 180 milhões em indenizações e R\$ 47 milhões mensais em salários continuados. Atualmente, apenas os salários estão sendo pagos. 471 casos de anistiados civis já foram julgados e implantados no Ministério do Planejamento até março deste ano. Têm direito a reivindicar a indenização qualquer pessoa que tenha sido impedida de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política no período que vai de 18 de setembro de 1964 e 5 de outubro de 1988, durante a ditadura militar. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 24/07/04).

Jornalista discute gastos com militares

Em coluna no jornal *O Globo*, a jornalista econômica Miriam Leitão teceu comentários acerca da rodada de debates realizada pelo Ministério da Defesa desde setembro de 2003. O Ciclo de Debates reúne mensalmente pessoas de diferentes áreas, durante um fim de semana por mês, na cidade de Itaipava, para discutir temas relacionados a Defesa e Segurança. A jornalista presenciou um debate sobre a questão fiscal e apresentou em sua coluna alguns dos dados fornecidos no evento. De acordo com Miriam Leitão, os gastos militares caíram em relação a sua proporção com o Produto Interno Bruto (PIB). Em 1990, tais gastos somavam 1,9% do PIB, enquanto que em 2001, representavam apenas 1,5%, constituindo uma queda de 21%. Contudo, a jornalista assinala que houve uma tendência de queda em todos os países do mundo que não enfrentam conflitos crônicos ou guerras. Miriam informou que os dados foram recebidos com objeções pelos militares presentes no Ciclo, mas confirmou a queda dos gastos militares na maior parte do mundo. A jornalista ressaltou ainda que os militares têm o segundo maior orçamento do país, perdendo apenas para o Ministério da Saúde. De acordo com ela, este ano, o orçamento das Forças Armadas e do Ministério da Defesa é de R\$ 28 bilhões. Em sua coluna, Miriam afirmou ainda que para um país com problemas sociais amplos, como o Brasil, é difícil convencer a sociedade elevar gastos com os militares, mas confirmou a defasagem dos soldos e a obsolescência dos equipamentos das Forças Armadas. A jornalista lembrou ainda que ao entrevistar Luiz Inácio Lula da Silva antes de sua eleição para a presidência, perguntou ao então candidato se a proposta de aumentar os gastos com os militares havia sido embasada em uma análise do orçamento e recebeu uma resposta negativa. Miriam informou que, ao contrário de qualquer outro setor da administração pública, nas Forças Armadas, os inativos já pesam mais do que os ativos na folha de pagamento, e garantiu que a situação tende a se agravar. Segundo dados por ela fornecidos, os salários de ativos, que em 1995 representavam 46% dos gastos de pessoal, atualmente consomem apenas 42%; a remuneração de inativos subiu neste período de 54% para 58%. Para a jornalista, os dados indicam que existe a necessidade

de se procurar uma solução eficaz para o problema, como a criação de um fundo de previdência ou a reforma da previdência militar. Outro ponto abordado foi a questão da pensão para as filhas e mulheres dos militares, que, para a jornalista, não é justificável diante das inúmeras conquistas femininas da atualidade. (O Globo – Economia – 25/07/04).

General Heleno critica proposta de Lula para entrega de armas no Haiti

Segundo *O Globo*, o comandante da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro, criticou duramente a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de trocar ingressos para o jogo entre as seleções do Brasil e do Haiti por armas. A proposta de Lula - que tem por fim reduzir o índice de armas ilegais no Haiti - foi descartada pelo general, que assegura que a medida geraria problemas de segurança e teria resultados práticos pouco satisfatórios. Ainda segundo o jornal, o general Heleno afirmou que a troca poderia incentivar um mercado paralelo de armas no Haiti e que em momento algum o comando da missão considerou esta possibilidade. Ao ser lembrado de que a proposta partiu do próprio presidente, a quem é subordinado, o general disse acreditar que a proposta tenha partido do governo do Haiti, e não de Lula. (Globo – Esportes – 26/07/04).

Ministério da Defesa é beneficiado por arrecadação alta

De acordo como a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, o excesso de arrecadação fiscal fez com que o governo federal liberasse R\$ 1,1 bilhão em recursos que estavam contingenciados no Orçamento para gastos de vários ministérios. O Ministério da Defesa será o mais beneficiado pela medida e deve receber R\$ 188 milhões, a maior parte (R\$ 170 milhões) para o programa de reincorporação de 30 mil novos recrutas ao serviço militar, seguindo determinação do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que espera oferecer, com essa iniciativa, uma oportunidade de emprego para jovens de 18 anos. Outros R\$ 13,3 milhões da verba liberada para Defesa serão destinados ao programa “Soldado cidadão”, que oferece treinamento para os recrutas se integraram ao mercado de trabalho após passarem pelo serviço militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/07/04; O Globo – O País – 27/07/04).

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa apóia vaga permanente na ONU

A declaração de São Tomé, resultado da 5ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé e Príncipe, reafirmou o apoio dessas nações à participação do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), com uma vaga permanente. A decisão da Comunidade foi anunciada ao final do primeiro dia de visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país, início de um roteiro diplomático ao continente africano. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/07/04; O Globo – O País – 27/07/04).

Lei do Abate continua causando discussões e polêmica

A *Folha de S. Paulo* publicou nesta semana duas opiniões diversas acerca da Lei do Abate. Respondendo à questão “A Lei do Abate é uma forma de pena de morte?”, o ministro da Defesa José Viegas Filho contrapôs-se à idéia defendida pelo juiz aposentado do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais Giovanne Falcone, Walter Fanganiello Maierovitch. Em sua argumentação, o ministro lembrou, em primeiro lugar, que a Lei já havia sido aprovada pelo Congresso Nacional durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, segundo Viegas, a lei já foi apreciada e aprovada pelas duas Casas do Congresso, representando uma aspiração legítima da sociedade. Ao governo Luiz Inácio Lula da Silva

coube o papel de regulamentá-la. Mesmo o processo de regulamentação, garante o ministro, envolveu consultas amplas no país e no exterior e combinou a completa autonomia nacional de decisão com a consciência de que seu objetivo é de combater o tráfico de drogas. Viegas enfatizou que a regulamentação do tiro de destruição refere-se exclusivamente a aeronaves suspeitas de envolvimento com tráfico de drogas e chamou atenção para o alto rigor técnico com que foram escolhidos os procedimentos que precedem a aplicação do tiro. Para o ministro, os tripulantes de uma aeronave que não responder aos apelos anteriores das autoridades brasileiras, terão consciência de que o fato caracteriza um quadro de atuação hostil deliberada e, portanto, terão ciência de que podem sofrer punições em razão do desrespeito à soberania do país. Desta forma, assegura o ministro, só será destruída a aeronave cujo piloto assim desejar. Viegas informou que nenhuma aeronave registrada estará sujeita a nenhum tipo de risco e considerou que a Lei do Abate será um instrumento eficaz contra o tráfico internacional de drogas. Walter Fanganiello Maierovitch, por sua vez, afirmou que a regulamentação da Lei do Abate equivale à legitimação da pena de morte. Para o juiz aposentado, o Presidente Lula autorizou a morte de pessoas suspeitas e tripulantes desavisados, como mulheres, idosos, etc. Maierovitch acredita que a medida constitui uma mera militarização excessiva e citou casos em que execuções sumárias fizeram vítimas inocentes em outros países por conta de suspeita de atividades do tráfico de drogas. Um outro argumento utilizado por Maierovitch é de que os pilotos e navegadores são meros funcionários dos chefes do tráfico de pessoas e de drogas. O juiz aposentado concluiu afirmando que a solução aprovada pelo Presidente Lula viola direitos e garantias individuais e atenta contra regras de política criminal. Maierovitch comparou a atitude do governo brasileiro à postura do governo norte-americano sob o governo do presidente George W. Bush. A *Folha* também noticiou que a Lei do Abate causou novo desentendimento no Partido Popular Socialista (PPS) entre o presidente da sigla, deputado Roberto Freire (PE) e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Sob o mesmo argumento do juiz Maierovitch, de que inocentes serão usados como escudo humano pelos traficantes, Freire apresentará à direção do partido no próximo dia 02, uma proposta de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a União a fim de suspender o decreto de regulamentação da lei. Ciro, que é contrário à ação, rebate e afirma que tal idéia não representa o partido, mas somente a posição de Freire. (Folha de S. Paulo – Opinião – 24/07/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/07/04).

Militar será julgado por pedofilia

No próximo dia 5, o primeiro-tenente do Exército Paulo Roberto França de Sousa, de 27 anos, sentará no banco dos réus da 3ª Auditoria Militar, para responder por atentado violento ao pudor (artigo 233 do Código Penal Militar, combinado com os artigos 236 e 237) e ameaça (artigo 223). O julgamento está sendo tratado, nos corredores da Auditoria Militar, como o primeiro caso de pedofilia investigado num batalhão do Exército no Estado do Rio de Janeiro. Segundo *O Globo*, após algumas denúncias, investigadores da corporação descobriram que o militar tinha em seu computador, no Centro Tecnológico do Exército (CTE), um vasto material de pornografia, principalmente contatos nacionais e internacionais de uma rede de pedofilia da internet. Além disso, o primeiro-tenente foi acusado de levar dois menores, de 10 e 14 anos, para o batalhão, onde tentou forçar relações sexuais com eles. O militar, segundo a acusação, ainda fez ameaças de morte caso os garotos não cedessem, mas eles conseguiram fugir. Foram apreendidos 35 CDs que continham centenas de fotografias e vídeos de crianças em poses pornográficas. O militar está preso no CTE aguardando o julgamento, que deverá ser realizado pelo juiz auditor Cláudio Miguel, da 3ª Auditoria Militar. Ninguém da Auditoria quis comentar o caso que está sob segredo de justiça. (O Globo – Rio – 28/07/04).

Unidades do Exército voltam a sofrer ataque

De acordo com *O Globo*, dois homens tentaram invadir, na madrugada do dia 23, o quartel do 21º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército, no Rio de Janeiro. Ambos utilizavam o uniforme de educação física do Exército. Um dos homens foi morto e o outro fugiu. O outro ataque ocorreu no dia 27, quando um grupo armado atirou contra sentinelas do 24º Batalhão de Infantaria Blindado do Exército. Após troca de tiros, os traficantes da favela Roquete Pinto fugiram. Segundo informações do Comando Militar do Leste (CML), ninguém ficou ferido e nenhum armamento foi roubado. Conforme tem mostrado o *Informe Brasil*, os ataques a unidades militares têm sido freqüentes no Rio de Janeiro, sendo este o oitavo ataque neste ano. *O Estado de S. Paulo* informou que, desde o ano passado, unidades das Forças Armadas do estado do Rio de Janeiro foram atacadas pelo menos quatro vezes. Segundo o *Jornal do Brasil*, esta é a sexta vez neste ano que bandidos tentam roubar um quartel das Forças Armadas. O comandante Militar do Leste, general Luís Valdevez Castro, anunciou que as tentativas de invasões a unidades do Exército serão energeticamente reprimidas. Conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, uma ação integrada entre o Serviço de Inteligência do CML e entre a polícia do Rio de Janeiro, o Exército recuperou, no início de julho, uma arma e prendeu um soldado no momento em que o fuzil, de calibre 7.62, era repassado a traficantes de drogas, menos de 24 após seu roubo. O episódio foi lembrado pelo jornal ao informar que um levantamento do Ministério da Defesa mostrou que no primeiro quadrimestre de 2004 foram desviadas 20 armas, com 14 recuperações, das três Forças. Entre os anos de 2001 e 2004, 68 armas foram extraviadas, com 69 recuperações – incluindo uma arma roubada em período anterior. O jornal lembrou que as invasões e tentativas de roubos têm acontecido com freqüência no Rio de Janeiro, e que o objetivo dos invasores é roubar armas e explosivos guardados nos quartéis. (Jornal do Brasil – Cidade – 24/07/04; O Estado de S. Paulo – Cidades – 24/07/04; O Globo – Rio – 24/07/04; O Globo – Rio – 29/07/04).

Exército faz operação para encontrar soldados que furtaram fuzis

No último dia 28, o Exército realizou uma operação para prender dois soldados, ambos com 18 anos de idade e recém integradas à corporação. Segundo o Comando Militar do Leste (CML), eles furtaram, na noite do dia 27, três fuzis FAL calibre 762 do Museu Histórico do Exército, no Forte de Copacabana (zona sul do Rio de Janeiro). A operação, com integrantes da Polícia Civil, Serviço de Inteligência e Brigada Pára-Quedista do Exército, além dos agentes da PM, foi realizada nas favelas da Rocinha, Cantagalo e no complexo Pavão-Pavãozinho. Com um mandato de busca, apreensão e captura, o comandante militar do Leste, general Manoel Luiz Valdevez Castro, acompanhou pessoalmente a busca e declarou que a operação só terminaria com a prisão dos acusados e a apreensão dos fuzis. Um Inquérito Policial Militar foi instaurado para apurar o caso e todos os militares que estavam de plantão no Forte de Copacabana na noite do furto, bem como os parentes dos dois soldados acusados, foram interrogados. No dia seguinte ao início da operação, os três fuzis foram encontrados por policiais militares no Morro do Vidigal e as tropas do Exército, que estavam em busca das armas, voltaram aos quartéis. De acordo com o subcomandante da seção de Comunicação do CML, tenente-coronel Gerson Gomes Pinheiro, as buscas aos soldados foragidos continuam. Segundo o *Jornal do Brasil (JB)*, a operação coordenada do Exército com a polícia estadual, a segunda no mês para apreender armas em favelas, foi montada em pouco menos de oito horas. Ao contrário de toda a discussão do início do ano sobre o uso de tropas nas ruas do Rio, bastou uma autorização do juiz da 2ª Auditoria da Justiça Militar, Edmundo Franca Oliveira, para a atuação "em caráter determinado, para captura dos soldados e

localização das armas". O tenente-coronel Gerson ainda esclareceu ao jornal que, apesar das operações do Exército parecerem sem planejamento, pela rapidez com que são realizadas, os planos de uso da tropa em missões previstas são constantemente efetuados e atualizados de acordo com as informações do Serviço de Inteligência. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/07/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/07/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/07/04; Jornal do Brasil – Rio – 29/07/04; Jornal do Brasil – Rio – 30/07/04; O Estado de S. Paulo – Cidades – 29/07/04; O Globo – Rio – 28/07/04; O Globo – Rio – 29/07/04; O Globo – Rio – 30/07/04).

Governo federal monta unidade de elite para crises na segurança

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo federal está montando uma unidade de elite, denominada Força Nacional de Segurança Pública, que envolverá policiais militares de todos os estados e a Polícia Federal para atuar em situações de crise. O anúncio foi feito pelo secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, neste dia 29. O objetivo da secretaria é que, até dezembro, a unidade conte com 1.500 policiais de todo o país. No primeiro treinamento, serão envolvidos dez homens de cada Estado, num grupo inicial de 270 policiais militares, aos quais se somarão 30 policiais federais. O início do treinamento da unidade ocorrerá no dia 09 de agosto, em Brasília. De acordo com Corrêa, a força será acionada para atuar em situações de crise nas quais as Forças Armadas vêm sendo chamadas. E, comparou a unidade às forças de paz utilizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) internacionalmente, pois a unidade de elite contará com policiais de diversos estados formando uma só Força, assim como as missões de paz da ONU reúnem soldados de diversos países. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/07/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 30/07/04).

General defende projeto que descrimina uso de drogas

De acordo com o jornal *O Globo* o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, defendeu a aprovação pelo Congresso da Lei Nacional Antidrogas. O projeto prevê que usuários de drogas passem por programas de recuperação em vez de serem presos. Félix, que preside o Conselho Nacional Antidrogas, disse que as penas de prisão hoje previstas para os usuários devem ser substituídas por prestação de serviços à comunidade, por exemplo. Segundo ele, esta é a melhor forma de evitar que os consumidores sejam enviados para as cadeias e saiam de lá como bandidos. O texto do projeto não descrimina o uso de drogas, mas oferece a possibilidade de o usuário ser absolvido do cumprimento da pena caso concorde em ser submetido a tratamento. Na prática, o projeto prevê a descriminalização do consumo de entorpecentes. O general admitiu que o sistema público de saúde não teria, hoje, condições de atender os usuários que aceitassem o tratamento em troca da pena. Mas disse que o governo está trabalhando para oferecer o serviço. A proposta defendida pelo general Félix já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora está tramitando no Senado. (O Globo – O País – 29/07/04).

Ministro do governo Geisel testemunha intenções de acordo nuclear

O ministro de Estado de Minas e Energia do governo Geisel, Shigeaki Ueki, em coluna opinativa do jornal *O Estado de S. Paulo*, discutiu a intenção e as repercussões do acordo nuclear com a Alemanha durante o governo militar no qual foi ministro. Durante o governo Geisel, o acordo para a compra da tecnologia de reatores dos alemães começou a ser implementado, bem como as obras para a construção de Angra 2 foram iniciadas. Segundo Ueki, desde a assinatura do acordo até hoje, se procura estabelecer uma ligação entre ele e a produção de artefato militar, como uma forma de incompatibilizar o acordo com a opinião pública, notoriamente contrária à produção de bomba atômica, num

país pacífico como o Brasil. O ex-ministro dá seu testemunho dizendo que o objetivo do programa Nuclear brasileiro era o de dominar o ciclo completo de urânio, desde a pesquisa e lavra até a recuperação dos resíduos e que jamais o presidente Geisel teria pensado em atrelar o programa a objetivos militares. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 29/07/04).

SITES DE REFERENCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.